

L ENCONTRO DO COPEDEM
Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura

CARTA DE PALMAS

O COLÉGIO PERMANENTE DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DA MAGISTRATURA, reunido na cidade de Palmas-TO, entre os dias 28 e 30 de novembro de 2019, com foco nos “Requisitos Legais e normativos para Credenciamento das Escolas de Governo” deliberou:

- 1 – O aprimoramento da prestação jurisdicional pressupõe o aperfeiçoamento de todos os profissionais do sistema de justiça, cabendo às academias judiciais e escolas da magistratura desenvolverem programas *lato* e *stricto sensu* em cooperação com outras instituições para a consecução desse objetivo;
- 2 - As academias judiciais, na condição de escolas de governo, em cooperação com as escolas associativas, no âmbito do COPEDEM, vêm na cooperação e consequente desenvolvimento de programas de aperfeiçoamento continuado *lato* e *stricto sensu* presenciais e na modalidade à distância, a partir do credenciamento em rede no Conselho Nacional de Educação, a oportunidade de levarem aos juízes brasileiros novas perspectivas de compreensão e otimização do sistema de justiça;
- 3 - A racionalidade, a partir do estudo teórico e da prática da argumentação jurídica, é condição essencial de justificação e validade da sentença judicial, cabendo às escolas judiciais o desenvolvimento de programa de aperfeiçoamento em teoria e prática da decisão judicial;
- 4 - A cooperação com universidades e escolas judiciais brasileiras e estrangeiras é de fundamental importância para o aperfeiçoamento de juízes no contexto da globalização, no Brasil e no exterior, tendo em vista a complexidade e a dinâmica do Direito no plano internacional e na sua internalização e aplicação;
- 5 - A capacitação de servidores e juízes é importante indicador para o desenvolvimento e execução do planejamento estratégico e implemento da governança no Judiciário brasileiro
- 6 – O estudo e desenvolvimento da tecnologia digital com foco na inteligência artificial, centrados no valor da dignidade humana e nos princípios éticos dele decorrentes, são de vital importância para a criação de sistemas e mecanismos para a implementação da governança judicial e de uma prestação jurisdicional segura e célere.

7 – O estudo da corrupção e o desenvolvimento de mecanismos para compreendê-la, preveni-la e combatê-la, são relevantes para o desenvolvimento da investigação criminal e da prestação jurisdicional, tendo em vista a necessidade de mais conhecimento pelos profissionais do sistema judicial acerca das organizações criminosas e de suas ramificações internacionais, cada vez mais ameaçadoras às instituições públicas e à paz social.

Palmas-TO , 29 de novembro de 2019.

Desembargador MARCO VILLAS BOAS

Presidente do Copedem
Diretor Geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Desembargador JONES FIGUEIREDO ALVES

Vice-Presidente e diretor Acadêmico de Cursos e Convênios Internacionais e
Diretor da Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE)

Desembargador EDVALDO PEREIRA DE MOURA

Vice- diretor Administrativo do COPEDEM
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí (ESMEPI)

Desembargador EURICO DE BARROS CORREIA FILHO

Conselheiro Consultivo do Copedem

Desembargador MARCOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Diretor Financeiro do Copedem
Diretor da Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMA-PB)

Desembargador CAETANO LEVI LOPES

Presidente Eleito da Escola Nacional da Magistratura (ENM-AMB)

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM)

Desembargador CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA

Diretor da Escola Judicial do Amapá (EJUD-AP)

Desembargador MARCELINO CHAVES EVERTON
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM)

Desembargadora MARIA EROTIDES KNEIP
Diretora da Escola Superior da Magistratura do Mato Grosso (ESMAGIS)

Desembargadora ÁUREA MARIA BRASIL SANTOS PEREZ
Superintendente da Escola Judicial Edésio Fernandes (EJEF-MG)

Desembargadora MARIA LUIZA DE MARILAC ALVARENGA
Superintendente Adjunta da Escola Judicial Edésio Fernandes (EJEF-MG)

Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará (ESMA-PA)

Desembargador FERNANDO LOPES E SILVA NETO
Diretor da Escola Judiciária do Estado do Piauí (EJUD-PI)

Desembargador FRANCISCO SARAIVA DANTAS SOBRINHO
Diretor da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN)

Desembargador VOLNEI CELSO TOMAZINI
Vice-Diretor da Academia Judicial do Estado de Rondônia (AJ-SC)

Juiz GUILHERME RIBEIRO BALDAN
Vice-Diretor da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (EMERON)

Juíza MARIANNE JUDICE DE MATTOS
Vice-Diretora da Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (ESMAGES)

Juiz LUIZ MARCIO VICTOR ALVES PEREIRA
Representante da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ)

Juiz de Direito RUDSON MARCOS
Diretor da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC)

Juiz CLÓVIS SANTINON
Diretor da Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo (EJMSP)